

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A. SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2022.**

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., sociedade constituída em 23 de fevereiro de 1990, com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, São Paulo, Brasil, apresenta por meio desta carta, com o intuito de atendimento às normas do regulador, a relação de documentos elencados na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, divulgada pelo Banco Central.

I. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- ✓ Parecer do Auditor Independente; e
- ✓ Relatório da Administração sobre os negócios e perspectivas.

Os documentos relacionados estão de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações financeiras semestrais e acompanham o disposto na Resolução BCB nº 2, de 02 de agosto de 2020, divulgado pelo Banco Central.

II. DATA-BASE

A data-base dos dados divulgados nos relatórios elencados no item anterior é de 31 de dezembro de 2022.

III. DA DIVULGAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do Banco Crédit Agricole Brasil S.A., do período base de 31 de dezembro de 2022, foram divulgadas no *site* da Companhia em 31 de março de 2022, disponível no sítio eletrônico: www.ca-cib.com.br.

Atenciosamente,

Diretor Presidente: Yves-Marie Gayet

Diretor Financeiro: Jean-Christophe Gilbert

Contador Responsável: Felipe Mendes da Silva



CRÉDIT AGRICOLE

CORPORATE & INVESTMENT BANK

Toute une banque pour vous

Banco Crédito Agricole Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO 2022 E 2021
COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS	4
Balanco Patrimonial Consolidado	8
Demonstração do Resultado do Exercício	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
1. Contexto operacional	12
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	12
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	22
4. Caixa e equivalentes de caixa	22
5. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	23
6. Valor justo dos instrumentos financeiros	28
7. Ativos financeiros ao custo amortizado	30
8. Provisão para perdas de crédito esperadas	32
9. Passivos financeiros ao custo amortizado	33
10. Ativos fiscais diferidos	34
11. Outros ativos	35
12. Transações com partes relacionadas	36
13. Obrigações fiscais	37
14. Outros passivos	38
15. Capital social e dividendos	38
16. Receita (despesa) de juros	40
17. Resultado líquido com instrumentos financeiros	40
18. Receitas de prestação de serviços	41
19. Despesas de pessoal	41
20. Outras despesas administrativas	42
21. Despesas tributárias	42
22. Outras receitas operacionais	42
23. Outras despesas operacionais	43
24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	43
25. Imposto de renda e contribuição social	45
26. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital	48

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. consolidado em IFRS, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. era composto por 24.289.284.928 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, ambos com sede na França.

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 13.390.354 (R\$ 11.623.402 em dezembro de 2021), a redução foi devida à redução dos montantes a receber de contratos de *SWAP* e a Termo, ambos constantes na rubrica de Instrumentos Financeiros Derivativos, e nas Operações de Crédito.

A carteira passiva atingiu R\$ 10.908.706 (R\$ 9.216.848 em dezembro de 2021) devido à redução nos recursos provenientes do exterior, identificados na rubrica de Obrigações por Empréstimos e Repasses.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 2.481.648 (R\$ 2.406.554 em dezembro de 2021), sendo a variação devida, basicamente, pelo lucro do exercício.

O Banco Crédit Agricole S.A. encerrou o exercício de 2022 com lucro de R\$ 170.924 (lucro de R\$ 106.436 no exercício de 2021), tendo como principais efeitos positivos o Resultado Líquido de Instrumentos Financeiros e as Receitas com Juros.

Gerenciamento de riscos

O Conglomerado Prudencial Crédit Agricole possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 26.

Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Basileia do Banco Crédit Agricole S.A. era de 24,23% (26,69% em 31 de dezembro de 2021). Para apuração do índice, foi utilizada metodologia padronizada e bases informacionais contábeis no padrão COSIF (Plano de Contas Padrão das Instituições Reguladas pelo Banco Central), ambas gerenciadas e divulgadas publicamente pela autarquia responsável pelas Instituições Financeiras no Brasil, o Banco Central do Brasil.

Relatório do auditor independente acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Aos
Administradores do
Banco Crédito Agricole Brasil S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédito Agricole Brasil S.A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédito Agricole Brasil S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operação de Crédito e recebíveis e redução ao valor recuperável

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito (valor recuperável), mediante a aplicação metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado na nota explicativa nº7, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de créditos a clientes e recebíveis é de R\$ 4.897.863 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 32.751 mil, conforme apresentado na nota explicativa nº8.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de provisão por operação; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; (vi) análise das políticas contábeis e modelos de estimativas de perda esperada da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de redução ao valor recuperável, recálculo da redução ao valor recuperável em atendimento aos requisitos do IFRS 9, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos de clientes e recebíveis e redução ao valor recuperável, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

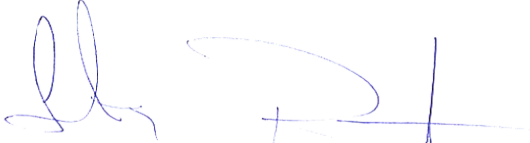
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC- 1SP241659/O

Balanço Patrimonial Consolidado

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.238.053	4.002.498
Ativos financeiros			
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.653.878	1.833.556
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	1.071.583	1.135.950
Ativos Financeiros ao custo amortizado			
Títulos e valores mobiliários	7.3	1.163.235	1.056.971
Operações de crédito	7.4	4.897.863	3.313.968
(-) Provisões para Perdas Esperadas	8	(32.751)	(62.990)
Ativos fiscais - diferido	10	194.564	267.926
Outros ativos	11	184.741	51.661
Imobilizado de uso		14.745	17.873
Ativo Intangível		4.443	5.989
Total do ativo		13.390.354	11.623.402

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	1.286.555	985.262
Passivo Financeiros ao custo amortizado			
Depósitos	9.1	566.046	306.158
Captações no mercado aberto	9.2	995.244	642.835
Recursos de aceites e emissão de títulos	9.3	-	3.519
Obrigações por empréstimos e repasses	9.4	7.664.963	6.710.385
Obrigações fiscais	13	282.001	345.914
Outros Passivos	14	113.897	222.775
Total do passivo		10.908.706	9.216.848
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	2.105.673	2.105.673
Reservas de Lucros	15	375.975	300.881
Total do Patrimônio Líquido		2.481.648	2.406.554
Total do passivo e Patrimônio Líquido		13.390.354	11.623.402

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com juros	16	841.654	317.551
Despesas com juros	16	(199.576)	(67.964)
Resultado líquido de juros		642.078	249.587
(Perda)/Reversão esperada com operações de crédito		30.239	92.153
Resultado líquido de juros após provisão para perdas		672.317	341.740
Resultado líquido com instrumentos financeiros	17	578.098	594.210
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(880.227)	(550.782)
Receitas de prestação de serviços	18	34.987	40.969
Outras receitas operacionais	22	51.314	32.617
Outras despesas operacionais	23	(27.969)	(79.979)
Total das receitas (despesas)		428.520	378.775
Despesas administrativas	20	(58.657)	(78.840)
Despesas de pessoal	19	(89.172)	(85.252)
Resultado não operacional		(1)	86
Despesas tributárias	21	(47.230)	(30.527)
Lucro operacional antes da tributação		233.460	184.242
Provisão para imposto de renda		(62.316)	(27.237)
Provisão para contribuição social		(51.787)	(24.615)
Ativo (passivo) fiscal diferido		51.567	(25.954)
Imposto de renda e contribuição social	25	(62.536)	(77.806)
Lucro Líquido do Exercício		170.924	106.436
Lucro por ação			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$			
Ações ordinárias		7,7836	4,8454
Ações preferenciais		0,2998	0,1866
Média Ponderada das ações em circulação - Básico e diluído por lote de mil ações			
Ações ordinárias		21.966	21.966
Ações preferenciais		570.332	570.332
Total do resultado abrangente líquido de impostos		170.924	106.436

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total dos controladores
			Reserva legal	Especial de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2020		2.105.673	27.111	182.334	-	2.315.118
Lucro líquido do exercício		-	-	-	106.436	106.436
Destinação:						-
Reserva legal		-	5.322	-	(5.322)	-
Reserva de lucros		-	-	86.114	(86.114)	-
Juros sobre capital próprio	15e	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.105.673	32.433	268.448	-	2.406.554
Mutações do período		-	5.322	86.114	-	91.436
Saldos em 1º de janeiro de 2021		2.105.673	32.433	268.448	-	2.406.554
Lucro líquido do exercício		-	-	-	170.924	170.924
Destinação:						-
Reserva legal		-	8.546	-	(8.546)	-
Reserva de lucros		-	-	66.548	(66.548)	-
Juros sobre capital próprio	15e	-	-	-	(95.830)	(95.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.105.673	40.979	334.996	-	2.481.648
Mutações do período		-	8.546	66.548	-	75.094

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercícios	170.924	106.436
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo líquido ao caixa líquido		
Provisão/ (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(30.239)	(92.153)
Participações nos lucros	2.194	3.268
Provisão de IR e CS	114.103	51.852
IR e CS diferido	(51.567)	25.954
Provisão contingências fiscais e trabalhistas	1.374	157
Atualização monetária de contingências	590	286
Reversão provisão indedutível	(487)	(13.976)
Marcação a mercado de TVM e derivativos	154.071	194.989
Depreciação e amortização	6.969	6.255
Baixa de bens por descarte	-	105
Recebimento de bens por doação	-	(118)
Variação monetária	(2.411)	(848)
Lucro/(prejuízo) ajustado do semestre/exercício	365.521	282.207
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado	89.974	75.804
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao custo amortizado	(1.690.159)	(141.334)
(Aumento) Redução em Outros créditos	(59.718)	150.157
(Redução) Aumento em Passivo Financeiros ao valor justo por meio do resultado	301.293	(22.958)
(Redução) Aumento em Depósitos	259.888	(445.901)
(Redução) Aumento em Captações no mercado aberto	352.409	506.820
(Redução) Aumento em Recursos de aceites e emissão de títulos	(3.519)	(3.080)
(Redução) Aumento em Obrigações por empréstimos e repasses	954.578	(2.821.112)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	(274.711)	(22.301)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.956)	(28.454)
	(114.921)	(2.752.359)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	250.600	(2.470.152)
(Aquisição) / baixas de imobilizado de uso	(2.295)	1.365
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	(2.295)	1.365
Atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio	(12.750)	(15.300)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	(12.750)	(15.300)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	235.555	(2.484.087)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.002.498	6.486.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.238.053	4.002.498
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	235.555	(2.484.087)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e suas subsidiárias (“o Grupo”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 23 de março de 2022. O Grupo têm por objeto social operar nas carteiras comerciais, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio e atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, São Paulo, Brasil, é constituído sob a forma de sociedade por ações, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank – France, com participação acionária de 84,39% em 2022 (mesmo valor em 2021) das ações ordinárias, e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, com participação de 15,61% em 2022 (mesmo valor em 2021), ambas com sede na França.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, o Grupo apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

2.1) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- E a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Banco avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo incluem os saldos do Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“Fundo Itu”), do qual o Banco tem participação direta de 100% (92% em 2021), e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Auto Peças (“Fundo Mercantis Auto Peças”), do qual o Fundo Itu tem participação de 100%.

O Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios destina-se exclusivamente a investidores qualificados residentes ou não no Brasil e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos seus recursos em cotas FIDC que atendam à condição para investimento e à política de investimento do fundo. As aplicações realizadas no fundo não contam com a garantia da Administradora, do custodiante, do gestor, do agente de recebimento, do agente cobrador, do consultor de crédito, de suas pessoas controladoras, sociedades por estes, direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A gestão da carteira do Fundo é realizada pela CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Auto Peças destina-se exclusivamente a investidores qualificados e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos recursos do fundo na aquisição preponderante de direitos creditórios. As aplicações realizadas no fundo não contam com garantia da administradora, da gestora, do comitê de investimentos ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais se sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

O Fundo Itu possui participação em outros fundos de investimentos, porém apenas o Fundo Mercantis Auto Peças consolida no Grupo. O Fundo Itu não retém os riscos e benefícios do FIDC GMAC e do FIDC SALES FINANCE, e as cotas subordinadas são suficientes para absorver a expectativa de perdas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

A carteira do Fundo Itu é constituída pelos seguintes Fundos de Investimentos:

Fundo	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor da carteira do Fundo Itu	% de participação do Fundo Itu no PL dos fundos de investimento	Valor da carteira do Fundo Itu	% de participação do Fundo Itu no PL dos fundos de investimento
BEM FI RF SIMPL TPF	214	0,01%	43	0,01%
FIDC MERCANTIS AUTO PEÇAS	182.005	100,00%	151.152	100,00%
FIDC BANCO GMAC	303.342	74,66%	403.073	73,08%
FIDC SALES	95.148	71,92%	-	-
Total	580.709		554.268	

Para a elaboração das demonstrações consolidada em IFRS, foram eliminadas as participações de uma entidade em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre as entidades incluídas na consolidação.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo - com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa do Grupo são representados por saldos em poder de bancos e aplicações e são mensurados, frente à luz da norma IFRS 9, como custo amortizado, de acordo com o modelo de negócio adotado pelo Grupo.

O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados na nota explicativa 4.

2.3. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio para gestão desses ativos financeiros, conforme a intenção da Administração.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

d) Passivo financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o passivo é baixado, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

e) Passivo financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo são demonstrados pelo valor justo no balanço patrimonial, sendo suas variações reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento do ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhante) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expiraram; ou

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de contrato de repasse e se:
 - (i) Transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - (ii) Não transferiu ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixas de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Desreconhecimento do passivo financeiro

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios, conforme abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Grupo reconhece uma provisão baseada em perdas esperadas dentro de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- Estágio 2: quando um instrumento financeiro demonstra um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o Grupo registra uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida desde instrumento. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- Estágio 3: são instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Grupo registra uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida dos instrumentos financeiros.

Neste processo, são utilizados os seguintes critérios:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- *Probability of Default* (PD): Probabilidade da operação entrar em situação de perda em um determinado horizonte de tempo;
- *Exposure at Default* (EAD): A exposição da Instituição Financeira no momento da perda;
- *Loss Given Default* (LGD): O percentual desta exposição que não será recuperado em caso de ocorrência de perda.

Estes critérios serão aplicados em cada um dos estágios levando-se em consideração que, para o Estágio 1, a perda considera um horizonte de 12 meses. Para os Estágios 2 e 3, a perda deverá considerar o prazo médio contratual de cada produto.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação individual da perda por redução ao valor recuperável, o Grupo considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamento, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características do ativo, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e nível de liquidez das garantias e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

2.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de fluxo de caixa e mercado.

2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em contrapartida do reconhecimento em conta redutora do ativo.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

2.6. Mensuração do valor justo

O grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível ao Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação.

Em cada data de reporte, o Grupo analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo.

As metodologias usadas para determinação dos valores justos de instrumentos financeiros são resumidas na nota 6.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

2.7. Tributos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 20%. A partir de 01 de Agosto de 2022, a alíquota de contribuição social passou para 21% (nota 24a). O crédito tributário e imposto diferido, referente a 31 de dezembro de 2022, foi constituído em 20% do montante a realizar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixada na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.8. Imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. Os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

O imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

2.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem consideradas como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

2.10. Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas ordinários, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais em ações ordinárias.

2.11. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações do Grupo, é contabilizado em base *pro rata* pelo período de carência (*vesting*) e liquidados em caixa. Tal benefício é parte integrante da política de bônus diferido da matriz, com aplicabilidade global, e com data de vigência indeterminada. (vide nota 19).

2.12. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora.

As obrigações em moeda estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante e não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicados retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguros e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, a alteração deste pronunciamento visa a divulgação estrita de políticas contábeis materiais, evitando assim informações que dupliquem os requerimentos demandados pelas normas IFRS.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

IAS 12 – Imposto sobre a renda

A partir de 1º de janeiro de 2023, as diferenças temporárias para reconhecimento do imposto diferido não levará em consideração os reconhecimentos iniciais dos ativos e passivos provenientes de arrendamento mercantil.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Grupo Crédit Agricole Brasil estão relacionadas com os seguintes tópicos:

Tópico	Notas
Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	2.9 e 24
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.7 e 25
Provisão para perda esperada	8
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo	2.6 e 6

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades em moeda nacional	76.365	39
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.893	30.186
Operações compromissadas	4.155.795	3.972.273
Letras do Tesouro Nacional – LTN	605.201	252.281
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.000.503	2.499.994
Notas do Tesouro Nacional - NTN	550.091	1.219.998
Total	4.238.053	4.002.498

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

5. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A composição da rubrica de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado está demonstrada a seguir:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários	1.653.878	1.833.556
Instrumentos financeiros derivativos	1.071.583	1.135.950
Total	2.725.461	2.969.506

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos financeiros derivativos	(1.286.555)	(985.262)
Total	(1.286.555)	(985.262)

A segregação hierárquica do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 6.

5.1) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	31/12/2022		
	Notional	Valor justo	MTM
Carteira própria	1.362.718	1.416.219	53.501
Letras do Tesouro Nacional – LTN	970.255	970.762	507
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	345.776	398.704	52.928
Cotas de Fundo DI	46.687	46.753	66
Vinculados a prestação de garantias	237.688	237.659	(29)
Titulos mantidos até o vencimento	237.688	237.659	(29)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	237.688	237.659	(29)
Total	1.600.406	1.653.878	53.472

	31/12/2021		
	Notional	Valor justo	MTM
Carteira própria	1.034.921	1.096.000	61.079
Letras do Tesouro Nacional – LTN	625.881	625.891	10
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	342.214	403.073	60.859
Cotas de Fundo DI	66.826	67.036	210
Vinculados a prestação de garantias	738.558	737.556	(1.002)
Titulos mantidos até o vencimento	738.558	737.556	(1.002)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	738.558	737.556	(1.002)
Total	1.773.479	1.833.556	60.077

(i) Referem-se às cotas de fundos FIDC não consolidados investidos pelo Fundo Itu.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são contabilizadas de acordo com a intenção do Grupo na aquisição do título.

b) Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Sem vencimento (i)	445.457	470.109
Até 3 meses	599.686	531.505
De 3 a 12 meses	388.033	608.374
De 1 a 3 anos	220.702	223.568
Total	1.653.878	1.833.556

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimento FIDC.

c) Composição por emissor

	31/12/2022	31/12/2021
Titulos de Renda Fixa		
Títulos Públicos	1.208.421	1.363.447
Letras do Tesouro Nacional (i)	1.208.421	1.363.447
Títulos Privados	445.457	470.109
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	398.704	403.073
Cotas de Fundo DI	46.753	67.036
Total	1.653.878	1.833.556

(i) Títulos custodiados na Selic.

(ii) Títulos custodiados na B3.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

5.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de *hedge*, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio da política de utilização de *hedge*, alinhada aos limites de exposição a riscos do Grupo Crédit Agricole, sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, o que poderia comprometer os limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, aplicando os requerimentos da IFRS 9. Conforme esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumentos de *hedge* para fins contábeis, e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer ganhos ou perdas de valor justo será diferente.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: *swaps*, termos e futuros. As operações realizadas no Brasil são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge accounting*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim distribuídas:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Notional	Valor justo	MTM	Notional	Valor justo	MTM
SWAP						
Posição Ativa	(9.714)	785.297	795.011	118.386	639.587	521.201
Posição Passiva	(293.282)	(822.998)	(529.716)	(398.882)	(521.948)	(123.066)
Termo de moeda - NDF						
Posição Ativa	257.621	253.333	(4.288)	365.788	446.860	81.072
Posição Passiva	(458.555)	(435.077)	23.478	(271.473)	(310.985)	(39.512)
Mercado de opções						
Posição Ativa	9.475	4.847	(4.628)	11.432	6.617	(4.815)
Posição Passiva	(7.423)	(5.839)	1.584	(8.331)	(4.762)	3.569
Futuros						
Posição Ativa	28.106	28.106	-	42.886	42.886	-
Posição Passiva	(22.641)	(22.641)	-	(147.567)	(147.567)	-
Total						
Posição Ativa	285.488	1.071.583	786.095	538.492	1.135.950	597.458
Posição Passiva	(781.901)	(1.286.555)	(504.654)	(826.253)	(985.262)	(159.009)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

a) Swap, Termo e Opções

As operações com Swap, Termo e Opções em aberto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim distribuídas:

	31/12/2022				
	Valor nominal	Custo		Valor justo	
		a receber	a pagar	a receber	a pagar
Contratos de swap					
CDI vs EURIBOR 3M	-	-	-	-	-
CDI vs EURIBOR 6M	917.802	79.883	(19.692)	75.328	(23.161)
CDI vs EURO	1.231.473	104.416	(2.907)	128.395	(4.521)
CDI vs LIBUSD 3M	193.165	-	(67.013)	-	(71.873)
CDI vs LIBUSD 6M	160.800	10.519	-	8.597	-
CDI vs USD	1.504.255	61.227	(24)	72.625	(15)
EURIBOR 6M vs USD	894.572	29.481	(34.862)	35.764	(28.952)
EURO vs USD	1.083.790	-	(87.960)	-	(71.160)
LIBUSD 3M vs USD	6.197.882	32.354	-	170.535	-
LIBUSD 6M vs USD	2.172.413	6.542	-	253.329	-
PRÉ vs CDI	3.285.645	21	(62.126)	947	(94.064)
PRÉ vs USD	176.619	9.741	-	8.617	-
USD vs CDI	260.000	1.805	-	7.433	-
USD vs LIBUSD 3M	4.576.998	-	(18.787)	-	(393.490)
USD vs LIBUSD 6M	1.509.190	-	(2.544)	-	(111.498)
USD vs SOFR	169.409	-	(687)	-	(24.264)
SOFR vs USD	169.409	785	-	23.727	-
Total contratos de swap	24.503.422	336.774	(296.602)	785.297	(822.998)
Contratos a termo					
Compra a termo de moeda - NDF	12.556.263	(3.868)	(413.917)	50.196	(341.601)
Venda a termo de moeda - NDF	10.294.621	262.302	(44.380)	203.137	(93.476)
Total de contratos a termo	22.850.884	258.434	(458.297)	253.333	(435.077)
Contratos de opção					
Compra de opção de venda – USD	100.500	2.074	-	997	-
Compra de opção de compra - flexíveis	208.165	7.397	-	3.850	-
Venda de opção de venda - flexíveis	193.580	-	(7.396)	-	(5.839)
Total contratos de opção	502.245	9.471	(7.396)	4.847	(5.839)
Total	47.856.551	604.679	(762.295)	1.043.477	(1.263.914)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2021				
	Valor nominal	Custo		Valor justo	
		a receber	a pagar	a receber	a pagar
Contratos de swap					
CDI vs EURIBOR 3M	81.714	-	(31.640)	-	(31.288)
CDI vs EURIBOR 6M	716.652	17.586	(3.455)	20.193	(1.785)
CDI vs EURO	1.626.623	(3.093)	(106.843)	5.218	(111.154)
CDI vs LIBUSD 3M	193.165	-	(84.925)	-	(89.102)
CDI vs LIBUSD 6M	160.800	(1)	(2.758)	-	(3.050)
CDI vs USD	2.856.467	33.752	(114.410)	49.500	(94.173)
EURIBOR 3M vs USD	96.133	1.028	-	986	-
EURIBOR 6M vs USD	456.059	898	(12.608)	1.659	(10.783)
EURO vs USD	1.458.790	34.258	(35.112)	36.775	(28.041)
LIBUSD 3M vs USD	6.822.407	(1.852)	(295)	150.067	(4.572)
LIBUSD 6M vs USD	2.331.077	(591)	-	74.547	-
PRÉ vs CDI	3.510.076	4.961	9.979	5.779	(101.509)
PRÉ vs EURO	990.650	-	(3.770)	-	(10.027)
PRÉ vs USD	727.740	5.969	(13.821)	3.565	(20.149)
USD vs EURO	14.420	1.323	-	1.177	-
USD vs LIBUSD 3M	4.682.065	32.211	-	177.002	(16.315)
USD vs LIBUSD 6M	1.628.226	2.749	-	113.119	-
Total contratos de swap	28.353.064	129.198	(399.658)	639.587	(521.948)
Contratos a termo					
Compra a termo de moeda - NDF	14.273.745	239.788	(135.283)	319.114	(131.108)
Venda a termo de moeda - NDF	12.051.188	127.148	(135.996)	127.746	(179.877)
Total de contratos a termo	26.324.933	366.936	(271.279)	446.860	(310.985)
Contratos de opção					
Compra de opção de venda – USD	316.000	5.956	-	3.463	-
Venda de opção de compra – USD	152.500	-	(2.850)	-	(1.734)
Compra de opção de compra - flexíveis	322.737	5.473	-	3.154	-
Venda de opção de venda - flexíveis	286.150	-	(5.473)	-	(3.028)
Total contratos de opção	1.077.387	11.429	(8.323)	6.617	(4.762)
Total	55.755.384	507.563	(679.260)	1.093.064	(837.695)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

b) Futuros

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)				
Ajuste diário - posição comprada	11.947.456	(22.641)	13.791.986	(147.567)
DI1	8.079.453	(625)	6.633.358	(994)
USD	452.537	(33)	280.846	(5.617)
DDI	3.415.466	(21.983)	6.877.782	(140.956)
Ajuste diário - posição vendida	5.545.628	28.106	7.252.145	42.886
DI1	3.109.957	48	5.168.768	472
USD	318.280	6.054	1.568.121	31.716
DDI	2.117.391	22.004	515.256	10.698
Total	17.493.084	5.465	21.044.131	(104.681)

As operações são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Valor justo dos instrumentos financeiros

A determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Títulos e valores mobiliários: os valores justo dos títulos públicos são apurados segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). As cotas dos fundos de investimentos foram registrados com base na cotação informada pelos administradores
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão, também é considerado a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).
- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas, ou utilizando critérios idênticos ao acima descrito para *swaps*.

A hierarquia de precificação dos ativos e passivos ao valor justo está demonstrado a seguir, conforme metodologia de precificação adotada pelo Grupo descrita na nota explicativa 2.6:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022				
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Titulos e valores mobiliários	5.1	1.208.421	445.457	-	1.653.878
SWAP	5.2a)	-	785.297	-	785.297
Termo de moeda	5.2a)	-	253.333	-	253.333
Mercado de opções	5.2a)	997	3.850	-	4.847
Futuros	5.2b)	-	28.106	-	28.106
Total		1.209.418	1.516.043	-	2.725.461

Passivos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

SWAP	5.2a)	-	(822.998)	-	(822.998)
Termo de moeda	5.2a)	-	(435.077)	-	(435.077)
Mercado de opções	5.2a)	-	(5.839)	-	(5.839)
Futuros	5.2b)	-	(22.641)	-	(22.641)
Total		-	(1.286.555)	-	(1.286.555)

	31/12/2021				
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Titulos e valores mobiliários	5.1	1.363.447	470.109	-	1.833.556
SWAP	5.2a)	-	639.587	-	639.587
Termo de moeda	5.2a)	-	446.860	-	446.860
Mercado de opções	5.2a)	3.463	3.154	-	6.617
Futuros	5.2b)	-	42.886	-	42.886
Total		1.366.910	1.602.596	-	2.969.506

Passivos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

SWAP	5.2a)	-	(521.948)	-	(521.948)
Termo de moeda	5.2a)	-	(310.985)	-	(310.985)
Mercado de opções	5.2a)	(1.734)	(3.028)	-	(4.762)
Futuros	5.2b)	-	(147.567)	-	(147.567)
Total		(1.734)	(983.528)	-	(985.262)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia valores classificados como Nível 3.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

7. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros registrados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim distribuídas:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários	1.163.235	1.056.971
Operações de crédito	4.897.863	3.313.968
Total	6.061.098	4.370.939

A provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado está apresentada na nota 8.

7.1) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia valores de aplicação em depósitos interfinanceiros e não houve resultados com estes no mesmo período.

7.2) Aplicações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há valores em aplicações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com aplicações em moeda estrangeira foi R\$ 344 (R\$ 52 em 2021) (nota 16).

7.3) Títulos e valores mobiliários

As operações de Títulos e valores mobiliários dos ativos financeiros ao custo amortizado são instrumentos financeiros, cujo objetivo do Grupo é mantê-los até o vencimento para recebimento de fluxos de caixa contratuais compostos do valor principal e juros.

Não haviam instrumentos com esse modelo de negócio em 2022.

a) Composição por classificação

	2022		2021	
	Notional	Valor atualizado	Notional	Valor atualizado
Carteira própria	159.815	166.953	406.864	413.313
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	129.266	132.616	145.254	148.847
Debêntures	30.549	34.337	261.610	264.466
Vinculados a prestação de garantias	993.004	996.282	642.908	643.658
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	349.638	350.718	70.300	70.695
Debêntures	643.366	645.564	572.608	572.963
Total	1.152.819	1.163.235	1.049.772	1.056.971

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

b) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	-	450.732
De 3 a 12 meses	325.875	150.512
De 1 a 3 anos	417.528	455.727
Acima de 3 anos	419.832	-
Total	1.163.235	1.056.971

7.4) Operação de Crédito

As operações de crédito mensurados ao custo amortizado por estágios de classificação está demonstrada a seguir:

	2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	206.702	-	-	206.702
Financiamentos à exportação	264.746	-	-	264.746
Financiamentos	-	-	24.743	24.743
Avais e fianças honradas	-	-	8.008	8.008
Cessão de créditos adquiridos	913.871	-	-	913.871
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio	38.572	-	-	38.572
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	3.253.846	-	-	3.253.846
Outros títulos e créditos a receber	187.375	-	-	187.375
Total	4.865.112	-	32.751	4.897.863

	2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	131.214	-	28.633	159.847
Financiamentos à exportação	1.193.337	-	-	1.193.337
Financiamentos	56.878	-	25.582	82.460
Avais e fianças honradas	-	-	8.776	8.776
Cessão de créditos adquiridos	494.356	-	-	494.356
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio	14.669	-	-	14.669
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.214.184	-	-	1.214.184
Outros títulos e créditos a receber	146.339	-	-	146.339
Total	3.250.977	-	62.991	3.313.968

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

8. Provisão para perdas de crédito esperadas

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de “Provisões para Perdas Esperadas”.

As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágio e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

a) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação:

	2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Operações de crédito				
Financiamentos	-	-	(24.743)	(24.743)
Avais e fianças honradas	-	-	(8.008)	(8.008)
Total	-	-	(32.751)	(32.751)

	2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Operações de crédito				
Empréstimos	-	-	(28.633)	(28.633)
Financiamentos	-	-	(25.582)	(25.582)
Avais e fianças honradas	-	-	(8.776)	(8.776)
Total	-	-	(62.991)	(62.991)

b) posição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação:

	31/12/2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	(62.991)	(62.991)
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs (i)	-	-	1.607	1.607
Estorno de provisão de contratos liquidados	-	-	28.633	28.633
Total dos movimentos com impacto no resultado	-	-	(32.751)	(32.751)

	31/12/2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(951)	-	(154.192)	(155.143)
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs (i)	951	-	91.201	92.152
Total dos movimentos com impacto no resultado	-	-	(62.990)	(62.990)

(i) Referem-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

9. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim distribuídas:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos	566.046	306.158
Captações no mercado aberto	995.244	642.835
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	3.519
Obrigações por empréstimos e repasses	7.664.963	6.710.385
Total	9.226.253	7.662.897

9.1) Depósitos

	À vista		A prazo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sem vencimento	8.501	36.351	-	-
Até 3 meses	-	-	144.138	16.148
De 3 a 12 meses	-	-	413.407	153.560
De 1 a 3 anos	-	-	-	100.099
Total	8.501	36.351	557.545	269.807

9.2) Captação no mercado aberto

	Carteira própria	
	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	995.244	642.835
Total	995.244	642.835

9.3) Recursos de aceite e emissão de títulos

	Letras Financeiras	
	31/12/2022	31/12/2021
De 3 a 12 meses	-	3.519
Total	-	3.519

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

9.4) Obrigações por empréstimos e repasses

	Empréstimos no exterior		Obrigações por repasse do exterior	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	4.527.355	1.916.979	64	911.294
De 3 a 12 meses	2.066.996	3.156.733	264.678	-
De 1 a 3 anos	805.870	446.387	-	278.992
Total	7.400.221	5.520.099	264.742	1.190.286

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados com Crédit Agricole CIB - New York (nota 12a), para aplicação em financiamento à exportação no montante de R\$ 4.323.244 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.441.012 em 31 de dezembro de 2021) e com empréstimos em moeda estrangeira no montante de R\$ 3.033.840 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.081.320 em 31 de dezembro de 2021), incorrendo em variação cambial, de juros e imposto de renda, cujo efeito em 31 de dezembro de 2022 sobre os passivos foi um acréscimo de R\$ 43.137 (decréscimo de R\$ 2.232 em 2021).

O resultado negativo com obrigações por empréstimos no exterior em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 53.254 (R\$ 12.603 em 31 de dezembro de 2021) (nota 16).

Os recursos captados com Crédit Agricole CIB - New York (nota 12a) para repasse a mutuários são representados no montante de R\$ 264.678 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.182.924 em 31 de dezembro de 2021), incorrendo em variação cambial, acrescidas de juros de R\$ 64 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 7.361 em 31 de dezembro de 2021).

A despesa com obrigações por repasse no exterior em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.391 (R\$ 18.313 em 31 de dezembro de 2021) (nota 16).

10. Ativos fiscais diferidos

Realizável a longo prazo	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários (Nota 25)	194.564	267.926
Total	194.564	267.926

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

11. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Correspondentes no país	289	100
Operações de câmbio (iii)	148.196	-
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	371	491
Impostos e contribuições a compensar	3.934	5.296
Adiantamentos e antecipações salariais	2.044	814
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 12)	1.971	10.939
Despesas antecipadas	2.522	1.581
Investimentos	207	207
Outros ativos	1.118	4.325
Total	160.652	23.753

	31/12/2022	31/12/2021
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais(i)	23.137	18.949
Impostos e contribuições a compensar (ii)	-	8.092
Devedores por depósito em garantia	952	867
Total	24.089	27.908

- (i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Grupo (nota 24), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS, IOF):

	31/dez/22			31/dez/21		
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício	13.829	5.120	18.949	13.556	4.601	18.157
Constituições	4.161	455	4.616	-	391	391
Reversões / realizações	(2.147)	-	(2.147)	-	-	-
Atualizações	1.296	423	1.719	273	128	401
Saldo no final do exercício	17.139	5.998	23.137	13.829	5.120	18.949

- (ii) Composto substancialmente por antecipações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a serem compensados.
- (iii) O saldo da Carteira de câmbio é representado pela diferença entre o saldo da posição ativa e da passiva, cuja demonstração será refletida na rubrica "Outros ativos", se houver montante a receber, ou "Outros Passivos" (nota explicativa 14), caso haja valor a ser pago.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

12. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

	2022		2021	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) (*)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) (*)
Caixa e equivalentes de caixa	849	-	2.926	-
Crédit Agricole CIB - Paris	849	-	2.926	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	39	-	2
Crédit Agricole CIB - Paris	-	-	-	-
Crédit Agricole CIB - New York	-	39	-	2
Valores a receber sociedades ligadas (Notas 11, 18)	1.971	9.213	10.939	19.748
Crédit Agricole CIB - New York	789	1.828	417	1.549
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM ***	-	-	961	-
Crédit Agricole CIB – Paris	1.182	7.385	7.347	15.983
Crédit Agricole CIB – Tokyo	-	-	2.214	2.214
Crédit Agricole CIB – Suisse	-	-	-	2
Depósitos a vista	-	-	(106)	-
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM	-	-	(106)	-
Instrumentos financeiros derivativos	730.890	-	219.477	-
Fundo A de Investimento Multimercado	730.890	-	219.477	-
Valores a pagar sociedades ligadas (Notas 14, 20, 22 e 23)	-	(25.827)	(164)	(23.232)
Crédit Agricole CIB – Paris **	-	(13.021)	(33)	(14.042)
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM ***	-	(600)	(131)	(1.179)
Crédit Agricole CIB – New York	-	(11.083)	-	(5.013)
Crédit Agricole CIB – Singapura	-	(455)	-	(700)
Crédit Agricole CIB – London	-	(536)	-	(2.298)
Crédit Agricole CIB – Tokyo	-	(132)	-	-
Empréstimos no exterior (Nota 9)	7.664.963	579.239	6.710.385	(344.775)
Crédit Agricole CIB - New York	7.664.963	579.239	6.710.385	(344.775)
Operações de câmbio	173.015	242.741	(206.181)	(165.777)
Crédit Agricole CIB – London	173.015	242.741	(176.569)	(165.777)
Crédit Agricole CIB – Paris	-	-	(29.612)	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

(*) O resultado das operações realizadas em moeda estrangeira inclui a variação cambial do período.

(**) Substancialmente constituído pela garantia cedida pelo Crédit Agricole CIB – Paris ao fundo FIDC Global TR afim de manter a liquidez deste proposto em conforme regulamento

(***) A partir de novembro/2022 a CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM não pertence ao grupo.

No decorrer do ano de 2022, os valores de rateio de custos comuns com a CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM perfaziam o montante de R\$ 10.414 (R\$ 12.130 em 31 de dezembro de 2021) e foram contabilizadas nas respectivas contas de resultado no Banco.

Em 2020 o banco possuía um contrato de risco de participação com a ligada Crédit Agricole NY, que assume o risco de 92,5% da operação de avais e fianças honradas (nota 6e), o qual foi executado em 2021.

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a redução de risco nelas.

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 17.432 (R\$ 14.698 em 31 de dezembro de 2021), a qual é considerada benefício de curto prazo.

13. Obrigações fiscais

a) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Impostos e Contribuições a recolher	11.887	8.745
Impostos e contribuições sobre os lucros	83.522	25.648
Total	95.409	34.393

b) Obrigações fiscais diferidas

	31/12/2022	31/12/2021
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições diferidos (Nota 25b)	186.592	311.521
Total	186.592	311.521

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

14. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Programa para participação dos resultados (i)	2.996	3.236
Juros sobre o capital próprio (ii)	-	12.750
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 12)	-	164
Operações de câmbio (iii)	-	53.928
Despesa com pessoal	28.876	25.797
Rebates a pagar	919	-
Receita diferida	204	734
Outros valores a pagar	1.465	1.461
Desconto de prêmios por cedente	51.961	62.031
Obrigações Direito de uso	3.684	6.513
Participações de terceiros não controladores	-	44.262
Outros passivos	12.345	2.269
Total	102.450	213.145
Exigível a longo prazo		
Outros passivos contingentes	11.447	9.630
Total	11.447	9.630

(i) Esperado de acordo com a convenção coletiva da categoria;

(ii) A provisão de juros sobre o capital próprio de 2021 que foi liquidado em janeiro de 2022.

(iii) O saldo da Carteira de câmbio é representado pela diferença entre o saldo da posição ativa e da passiva, cuja demonstração será refletida na rubrica "Outros ativos" (nota explicativa 11), se houver montante a receber, ou "Outros Passivos", caso haja valor a ser pago.

15. Capital social e dividendos

a) Empresas controladas e ligadas

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.105.673 (mesmo valor em 2021) e está representado por 24.859.617.114 (mesmo valor em 2021) ações, sendo 24.289.284.928 (mesmo valor em 2021) ações ordinárias e 570.332.186 (mesmo valor em 2021) ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas no exterior.

b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 8.546 (R\$

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

5.322 em 31 de dezembro de 2021), totalizando em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 40.979 (R\$ 32.433 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das reservas especiais de lucro atingiu o montante de R\$ 334.996 (R\$ 268.448 em 31 de dezembro de 2021).

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do semestre, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição ocorre, quando aplicável, anualmente.

e) Juros sobre capital próprio

A provisão de juros sobre o capital próprio referente aos exercícios findos em 2022 estão em conformidade à Resolução 4.885, de 23 de dezembro de 2021, e Resolução 4.820, de 29 de maio de 2020, que estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração de capital próprio, ao aumento da remuneração dos administradores, à recompra de ações e à redução do capital social.

	31/12/2022			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	95.830	0,38548	22/12/2022	31/12/2022
Total aos acionistas	95.830	0,38548		

	31/12/2021			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	15.000	0,06034	30/12/2021	07/01/2022
Total aos acionistas	15.000	0,06034		

f) Reserva especial de lucros

Destinada a futuro aumento do capital social e constituída do resultado do período após a destinação da reserva legal e dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando distribuídos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

16. Receita (despesa) de juros

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com juros	841.654	357.053
Aplicações no mercado aberto	613.117	239.904
Debêntures	137.576	26.943
Operações de crédito	60.378	77.595
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	30.235	12.559
Aplicação em moeda estrangeira (nota 9)	344	52
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 9)	4	-
Despesas com juros	(199.576)	(67.964)
Despesas de operações compromissadas	(89.694)	(16.653)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(57.645)	(30.916)
Depósitos	(42.966)	(19.500)
Creditos baixados como prejuízo	(8.389)	-
Contribuição ordinária	(526)	(695)
Despesas de letras financeiras	(356)	(190)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	-	(10)
Total	642.078	289.089

17. Resultado líquido com instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos financeiros derivativos	407.597	493.457
Futuro	(724.702)	176.087
Swap	1.460.123	(116.500)
Termo	(329.542)	432.761
Opções	1.718	1.109
Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	170.501	61.251
Letras do Tesouro Nacional - LTN	123.343	13.006
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	47.158	48.245
Total	578.098	554.708

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

18. Receitas de prestação de serviços

	31/12/2022	31/12/2021
Comissão de estruturação	9.876	6.407
Prestação de serviços – ligadas (nota 12a)	6.313	18.246
Comissão de estruturação - ACC	4.471	-
Consultorias	3.500	5.166
Rendas de garantias prestadas	6.075	2.609
Comissão colocação de títulos	1.874	-
Comissão de estruturação - FIDC	1.083	770
Serviços com transição DTVM	947	-
Comissão de compromisso	466	700
Comissão de distribuição	280	400
Manutenção de contas correntes	102	96
Comissão de assessoria financeira	-	6.575
Total	34.987	40.969

19. Despesas de pessoal

	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(39.500)	(41.687)
Encargos	(26.474)	(21.746)
Honorários	(10.517)	(9.306)
Benefícios	(10.087)	(8.969)
Participações dos empregados nos lucros	(2.194)	(3.268)
Outras	(400)	(276)
Total	(89.172)	(85.252)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

20. Outras despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Processamento de dados	(12.394)	(8.676)
Prestação de serviços – ligadas (nota 12a)	(11.550)	(27.849)
Serviços do sistema financeiro	(10.752)	(11.664)
Serviços técnicos	(7.008)	(7.924)
Depreciação e amortização	(3.983)	(3.778)
Aluguéis	(3.794)	(3.348)
Outras despesas administrativas	(2.190)	(9.829)
Contribuições filantropicas	(2.026)	(1.375)
Viagens	(1.847)	(449)
Taxa de administração de fundos	(775)	(905)
Manutenção	(758)	(702)
Serviços do sistema financeiro - ligadas (Nota 12a)	(651)	(1.301)
Seguros	(330)	(167)
Comunicação	(273)	(286)
Transportes	(209)	(395)
Água, energia e gás	(64)	(44)
Publicações	(53)	(148)
Total	(58.657)	(78.840)

21. Despesas tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(30.797)	(21.899)
Outras despesas tributárias (i)	(8.992)	(1.307)
PIS	(5.005)	(3.559)
ISS	(2.436)	(3.762)
Total	(47.230)	(30.527)

22. Outras receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de permanência de crédito	43.642	11.548
Rendas de compromisso de liquidez	2.970	4.290
Variações monetárias	2.427	837
Outras rendas operacionais	1.312	2.765
Rendas de disponibilização	330	67
Reversão de provisão – Ligadas (nota 12a)	287	12.423
Reversão de provisão	201	555
Recuperação de encargos e despesas	139	64
Multa sobre operação de SWAP	6	47
Rendas de compromisso de aquisição de quotas de Fundos	-	21
Total	51.314	32.617

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

23. Outras despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Atualização monetária DRRC - SWAP	(12.697)	-
Recebimento de garantias – ligadas (nota 12)	(11.013)	(5.003)
Despesas de rebates	(1.647)	-
Provisão para contingências fiscais	(1.190)	(746)
Provisão para contingências trabalhistas	(774)	(157)
Outras despesas operacionais (i)	(484)	(73.921)
Variações monetárias	(164)	(1)
Juros/multas s/impostos	-	(151)
Total	(27.969)	(79.979)

(i) Representada substancialmente pela participação de não controladores em cotas de fundos de investimentos consolidados.

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 210 em 31 de dezembro de 2021).

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantinha o montante de R\$ 11.447 (R\$ 9.630 em 31 de dezembro de 2021) (nota 14d) registrado como provisão para contingência, montante este julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, sendo: R\$ 6.137 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.262 em 31 de dezembro de 2021) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do SAT - Seguro de Acidente de Trabalho sobre a folha de pagamento; R\$ 3.397 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.624 em 31 de dezembro de 2021) para contingências referentes a processos trabalhistas; R\$ 1.911 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.744 em 31 de dezembro de 2021) substancialmente referente declarações de compensações apresentadas em 2003 referente saldo negativo de IRPJ de 2002 não reconhecida pela Receita Federal; e R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022 para contingências referentes a processos cíveis, sendo que em 31 de dezembro de 2021 não houve saldo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	31/12/2022				31/12/2021			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo inicial do exercício	7.006	2.624	-	9.630	7.179	2.467	-	9.646
Constituições	611	570	2	1.183	549	-	-	549
Reversões/realizações	(148)	-	-	(148)	(905)	-	-	(905)
Atualizações	579	203	-	782	183	157	-	340
Saldo final do exercício	8.048	3.397	2	11.447	7.006	2.624	-	9.630

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	8.048	8.048	7.006	7.006
Riscos Trabalhistas	3.397	3.397	2.624	2.624
Riscos cíveis	2	2	-	-
Total	11.445	11.445	9.630	9.630

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
	Valor Reclamado	Valor Reclamado
Riscos fiscais (i)	31.058	25.983
Riscos trabalhistas (ii)	12.884	12.407
Riscos cíveis	68	13
Total	44.010	38.403

(i) Os passivos contingentes fiscais referem-se à contestação de base fiscal para ISS e créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal.

(ii) Os passivos trabalhistas são representados substancialmente por contestações de horas-extras, diferenças salariais e gratificações.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social exercício atual	(114.103)	(51.852)
Ativo/passivo fiscal diferido de imposto de renda	28.806	(14.514)
Ativo/Passivo fiscal diferido de contribuição social	22.761	(11.440)
	(62.536)	(77.806)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	235.654	187.510
Imposto de Renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(58.914)	(46.878)
Contribuição Social - alíquota de 20% (ii)	(47.131)	(37.502)
Contribuição Social - efeito majoração alíquota 21% para 2022 e 25% para 2021 (ii)	(580)	(1.784)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(106.624)	(86.164)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	44.088	8.358
Participação nos lucros	987	1.471
Outras adições e exclusões	43.101	6.887
Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios	(62.536)	(77.806)

i. Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 120 no semestre;

ii. O Banco constitui o crédito tributário na alíquota com base em estimativa de realização, para Julho de 2022 foi aplicada alíquota de 20% para o ativo/passivo fiscal diferido. A partir de Agosto de 2022, a alíquota de contribuição social para o imposto corrente e diferido é 21% (Em 2021, foi aplicada a alíquota de 20% até junho, e 25% a partir de julho).

b) Créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. Os créditos tributários e obrigações diferidas de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2021	Constituições	Realizações	31/12/2022
Marcação a mercado TVM e derivativos	28.379	5.489	(28.421)	5.447
Participações no lucro	809	749	(809)	749
Gratificação	4.244	5.373	(4.244)	5.373
14° Salário	358	379	(358)	379
Provisão para contingências	1.936	407	0	2.343
Provisão para garantias prestadas/executadas	9.352	0	(9.352)	0
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.395	1.792	0	8.187
Outras adições e exclusões	12.472	44	15.955	28.471
Prejuízo fiscal	84.041	0	(27.604)	56.437
Total de diferenças temporárias de Imposto de Renda	147.986	14.233	(54.833)	107.386
Marcação a mercado TVM e derivativos	22.702	4.391	(22.736)	4.357
Participações no lucro	647	599	(647)	599
Gratificação	3.815	4.298	(3.815)	4.298
14° Salário	286	303	(286)	303
Provisão para contingências	1.549	327	0	1.876
Provisão para garantias prestadas/executadas	7.482	0	(7.482)	0
Operação de Crédito baixado como prejuízo	5.116	1.434	0	6.550
Outras adições e exclusões	9.979	34	12.763	22.776
Prejuízo fiscal	68.364	0	(21.945)	46.419
Total de diferenças temporárias de Contribuição Social	119.940	11.386	(44.148)	87.178
Total	267.926	25.619	(98.981)	194.564

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2020	Constituições	Realizações	31/12/2021
Marcação a mercado TVM e derivativos	12.566	28.672	(12.859)	28.379
Participações no lucro	721	809	(721)	809
Gratificação	2.926	4.244	(2.926)	4.244
14° Salário	317	358	(317)	358
Provisão para contingências	3.786	0	(1.850)	1.936
Provisão para garantias prestadas/executadas	14.947	0	(5.595)	9.352
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.419	0	(24)	6.395
Outras adições e exclusões	12.013	0	459	12.472
Prejuízo fiscal	96.481	0	(12.440)	84.041
Total de diferenças temporárias de Imposto de Renda	150.176	34.083	(36.273)	147.986
Marcação a mercado TVM e derivativos	10.050	22.937	(10.285)	22.702
Participações no lucro	577	647	(577)	647
Gratificação	2.760	3.815	(2.760)	3.815
14° Salário	254	286	(254)	286
Provisão para contingências	3.029	0	(1.480)	1.549
Provisão para garantias prestadas/executadas	11.957	0	(4.475)	7.482
Operação de Crédito baixado como prejuízo	5.135	0	(19)	5.116
Outras adições e exclusões	9.611	0	368	9.979
Prejuízo fiscal	78.149	0	(9.785)	68.364
Total de diferenças temporárias de Contribuição Social	121.522	27.685	(29.267)	119.940
Total	271.699	61.768	(65.540)	267.926

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2021	Constituições	Realizações	31/12/2022
Marcação a mercado TVM e derivativos	(173.067)	(55.722)	125.127	(103.662)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(173.067)	(55.722)	125.127	(103.662)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(138.454)	(44.576)	100.100	(82.930)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(138.454)	(44.576)	100.100	(82.930)
Total	(311.521)	(100.298)	225.227	(186.592)

Descrição	31/12/2020	Constituições	Realizações	31/12/2021
Marcação a mercado TVM e derivativos	(160.744)	(146.628)	134.305	(173.067)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(160.744)	(146.628)	134.305	(173.067)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(128.596)	(117.300)	107.442	(138.454)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(128.596)	(117.300)	107.442	(138.454)
Total	(289.340)	(263.928)	241.747	(311.521)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social está apresentada da seguinte forma:

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até 2027 para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 104.314 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 181.871 em 31 de dezembro de 2021), utilizando a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 31 de dezembro de 2022 tenham sua realização futura até o ano de 2027.

	31/12/2022								
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Imposto de Renda									
Prejuízo fiscal	11.842	13.163	9.316	14.286	7.830	-	-	-	56.437
Diferenças temporárias	6.104	9.766	4.198	457	2.002	-	-	114	22.641
Total	17.946	22.929	13.514	14.743	9.832	-	-	114	79.078
Valor presente	15.763	17.857	9.415	9.105	5.382	-	-	43	57.566
Contribuição Social									
Prejuízo fiscal	9.474	10.530	7.453	11.429	7.533	-	-	-	46.419
Diferenças temporárias	4.883	7.813	3.359	366	1.602	-	-	91	18.114
Total	14.357	18.343	10.812	11.795	9.135	-	-	91	64.533
Valor presente	12.611	14.286	7.532	7.285	5.000	-	-	35	46.748
Prejuízo fiscal	21.316	23.693	16.769	25.715	15.363	-	-	-	102.856
Diferenças temporárias	10.987	17.579	7.557	823	3.604	-	-	205	40.755
Total	32.303	41.272	24.326	26.538	18.967	-	-	205	143.611
Valor presente	28.374	32.143	16.947	16.390	10.382	-	-	78	104.314

	31/12/2021						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Imposto de Renda							
Prejuízo fiscal	7.508	9.096	22.561	12.752	23.926	8.198	84.041
Diferenças temporárias	25.345	12.365	9.607	2.348	116	2.101	51.882
Total	32.853	21.461	32.168	15.100	24.042	10.299	135.923
Valor presente	29.627	17.231	23.559	10.051	14.447	5.574	100.489
Contribuição Social							
Prejuízo fiscal	6.005	7.277	18.049	10.202	19.140	7.691	68.364
Diferenças temporárias	20.695	9.892	7.686	1.879	93	1.681	41.926
Total	26.700	17.169	25.735	12.081	19.233	9.372	110.290
Valor presente	24.078	13.785	18.848	8.041	11.558	5.072	81.382
Prejuízo fiscal	13.513	16.373	40.610	22.954	43.066	15.889	152.405
Diferenças temporárias	46.040	22.257	17.293	4.227	209	3.782	93.808
Total	59.553	38.630	57.903	27.181	43.275	19.671	246.213
Valor presente	53.705	31.016	42.407	18.092	26.005	10.646	181.871

26. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole e compatível com a natureza das transações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil, entidade classificada como segmento S3, de acordo com a Resolução 4.557 do CMN, possui **Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital**, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos aos quais o Conglomerado está exposto.

Como parte dessa estrutura, a Diretoria nomeou Diretor responsável para o Gerenciamento de Riscos (*Chief Risk Officer - CRO*) e Diretor responsável para o Gerenciamento do Capital (Diretor Financeiro), bem como definiu indicadores-chave de riscos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) coerentes com o Plano Estratégico do Conglomerado e elaborou um Programa de Teste de Estresse Integrado para assegurar a adequação de capital da instituição e incorporar os resultados nas decisões estratégicas.

Foi criado um Comitê de Riscos com o objetivo de assessorar a Diretoria no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital de maneira integrada. Maiores informações a respeito do Comitê de Riscos encontram-se no **Regimento Interno do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Capital** disponível no site <https://www.ca-cib.com/our-global-markets/americas/brasil>.

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o Capital da instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos incluindo os resultados dos Testes de Estresse Integrados, adequando prospectivamente o Apetite por Risco e o Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

A governança corporativa está presente no Conglomerado, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas.

As políticas e estratégias para o gerenciamento integrado de riscos e capital são revisadas, no mínimo, anualmente pelos Especialistas de Riscos, em coordenação com o CRO e o COO, e aprovadas pela Diretoria.

Gerenciamento de Riscos

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de perdas resultantes da contraparte não ter capacidade para cumprir os compromissos assumidos com o Conglomerado, incluindo a liquidação de (i) empréstimos, (ii) desembolsos concedidos à terceiros para honrar avais, fianças e garantias, em nome da contraparte, (iii) obrigações em instrumentos financeiros derivativos.

Dentre os principais fatores de risco de crédito, destacam-se: situação financeira individual da contraparte ou do seu grupo econômico, com base em seu grau de endividamento e liquidez, capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa; controle acionário e administração da contraparte; setor de atividade econômica; condições macroeconômicas adversas.

A Área de Risco de Crédito tem como responsabilidade a análise (identificação, mensuração, avaliação e classificação), recomendação, controle, monitoramento e mitigação do risco de crédito associado às operações financeiras, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Conglomerado em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A gestão do risco de crédito está baseada em cinco pilares:

1. Estrutura organizacional segregada da área de Gerenciamento de Clientes e compatível com a natureza e complexidade dos produtos oferecidos aos clientes;
2. Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da Área de Risco de Crédito;
3. Modelos e sistemas próprios de mensuração e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte (“*rating*”), bem como ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
4. Gerenciamento contínuo do risco de crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos de performance da carteira do Conglomerado, incluindo testes de estresse;
5. Estratégia de mitigação de perdas através de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira da contraparte; análise de riscos concentração (grupos econômicos, setores econômicos, prazos, moedas, etc); e exigência de garantias se necessário.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima dos ativos financeiros registrados no balanço patrimonial por classificação interna de risco, conforme descrito na nota explicativa 2.3:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros ao custo amortizado	4.897.863	3.313.968
Baixo (1)	4.865.112	3.250.977
Médio (2)	-	-
Alto (3)	32.751	62.991
Operações Off-Balance (i)	35.603	48.622
Baixo (1)	35.603	48.622
Total	4.933.466	3.362.590

(i) Limites contratados e não utilizados

(1) Operações classificadas no estágio 1

(2) Operações classificadas no estágio 2

(3) Operações classificadas no estágio 3

Abaixo estão os ativos com excesso ou insuficiência de garantias:

	31/12/2022			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantias	
	Valor contábil	Valor justo da Garantia	Valor contábil	Valor justo da Garantia
Grandes Empresas	873.261	993.542	786.121	773.696
Micro / Pequenas e Médias Empresas	66.065	192.500	21.776	21.500
Total	939.326	1.186.042	807.897	795.196

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2021			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantias	
	Valor contábil	Valor justo da Garantia	Valor contábil	Valor justo da Garantia
Grandes Empresas	424.637	608.209	960.430	957.423
Micro / Pequenas e Médias Empresas	125.447	377.359	70.217	67.500
Pessoa Física	594	1.180	-	-
Total	550.678	986.748	1.030.647	1.024.923

Do total das operações de crédito, R\$ 3.186.243 (R\$ 1.781.265 em 2021) representam empréstimos sem garantias.

- **Risco de Mercado**

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas resultante das flutuações nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado.

A Área de Risco de Mercado avalia de forma independente e monitora continuamente os riscos de mercado das diferentes linhas de negócios do Conglomerado; publica relatórios diários mostrando o consumo e eventuais excessos de utilização das mesmas com total independência em relação à Tesouraria; e organiza os comitês:

1. Comitê de Risco de Mercado, com finalidade de acompanhar do risco de mercado e os resultados da Tesouraria, e também aprovar os limites;
2. Comitê de Precificação, com finalidade analisar, rever e aprovar a precificação de ativos marcados a mercado (MtM), incluindo a fonte de dados e modelos utilizados de todas as linhas de negócios, além de aprovar os valores de reserva de resultado gerencial.

A gestão de risco de mercado é exercida através do estabelecimento de limites para cada atividade dentro da estratégia global do Conglomerado, sendo que os limites são geridos através dos seguintes procedimentos:

- Propostas e recomendações de novos limites ou enquadramentos dos já existentes;
- Aprovações das propostas nas devidas instâncias de decisões;
- Obediência a estes limites;
- Monitoramento e aplicação de medidas corretivas, se necessário.

Os limites do Conglomerado estão focados no *Value-at-Risk* e organizados ao redor de 2 (dois) indicadores:

1. Quantitativo: inclui o *Value-at-Risk*, cenários específicos de stress-test e indicadores adicionais como, por exemplo, o stop-loss;
2. Qualitativo: complementa o limite quantitativo, especificando com maior precisão a lista de produtos autorizados, as moedas permitidas, o vencimento máximo, mercados autorizados, etc..

O processo de gerenciamento de limite executado pela Área de Risco de Mercado garante que as atividades de negociação sejam proporcionais ao apetite de risco do Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Todas as operações devem estar de acordo com os princípios estabelecidos em seu mandato (conjunto de limites). Cada linha de negócio possui seu próprio mandato que são concebidos para documentar, descrever, monitorar e limitar as atividades de negociação. Em caso de alteração da atividade, o mandato deve ser atualizado prontamente para refletir essa alteração e apresentado durante o Comitê de Risco de Mercado.

Os limites também são estabelecidos por carteira e visam atender aos critérios de carteira de negociação (Trading) e carteira de não negociação (Banking).

Os limites não possuem uma data de validade, porém estão sujeitos a uma revisão anual e devem ser submetidos ao Comitê de Risco de Mercado.

Os resultados apresentados pela mensuração de risco de mercado, a metodologia adotada e as estratégias que as mitigam são monitoradas de forma a garantir que os riscos sejam devidamente conhecidos, avaliados e reportados de forma adequada.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional. Os eventos de risco operacional geralmente estão agrupados dentro de categorias abaixo:

- Fraude interna: ações de caráter doloso de colaborador da instituição ou com a sua participação indireta;
- Fraude externa: ações de caráter doloso praticados por terceiros;
- Recursos Humanos: litígios trabalhistas, segurança deficiente do local de trabalho, medicina do trabalho;
- Relações Comerciais: práticas inadequadas nas relações comerciais com os clientes, oferecimento de produtos e serviços, ou com fornecedores e prestadores de serviços;
- Eventos Externos: danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ou que acarretem na interrupção das atividades da instituição, ocasionados por desastres naturais ou eventos externos;
- Tecnologia da Informação: falhas em sistemas que acarretem interrupções das atividades ou perdas de dados;
- Execução: falhas na execução, cumprimentos de prazo e gerenciamento nas atividades da instituição;
- Documentação: inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;
- Regulamentação: descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A Área de Risco Operacional é responsável por:

- Monitorar continuamente os riscos operacionais, através da análise de incidentes operacionais e planos de ação definidos para remediá-los;
- Coordenar o exercício anual de mapeamento dos riscos operacionais e dos controles internos, com participação de todas as linhas de negócio e áreas de suporte;
- Informar a Diretoria sobre a avaliação da gestão de riscos operacionais, disponibilizando uma visão abrangente da instituição, indicando pontos de maior vulnerabilidade, de forma a viabilizar um gerenciamento diferenciado para cada um deles;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- Documentar, organizar e armazenar em sistema corporativo global as perdas associadas ao risco operacional.

A estrutura de controles internos do Conglomerado combina três linhas de defesa:

1ª linha – Linhas de Negócios e Operações:

- 1º grau: geralmente no início de uma operação e durante o processo de validação, realizado pelos próprios operadores no controle dos riscos existentes e potenciais de suas atividades;
- 2º grau nível 1: após a confirmação da operação, por uma pessoa diferente daquela que iniciou a operação.

2ª linha – Riscos e Compliance:

- 2º grau nível 2: supervisão por áreas independentes e especializadas em controles permanentes, assegurando que os riscos operacionais e controles estejam bem gerenciados e que as atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentações.

3ª linha – Auditoria:

- Controles periódicos de todas as atividades.

- **Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

- **Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)**

O risco de taxa de juros na carteira bancária é relacionado a descasamentos em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas nos fluxos de reapreçamento de posições ativas, passivas e exposições não contabilizadas no balanço patrimonial de instrumentos financeiros classificados na carteira bancária das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial.

Os ativos da carteira bancária incluem, mas não estão limitados a operações compromissadas, títulos públicos federais, debêntures, CDCAs, aplicações em cotas de FIDC, operações de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, dentre outros. Os passivos da carteira bancária incluem, entre outros, certificados de depósitos, letras financeiras, operações compromissadas e obrigações por empréstimos e repasses.

O impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira é mensurado em bases mensais seguindo exclusivamente a metodologia padrão definida pelo Banco Central do Brasil de acordo com as abordagens de Valor Econômico (Δ EVE) e de Resultado da Intermediação Financeira (Δ NII).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- **Risco Social, Ambiental e Climático**

O Conglomerado possui diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de seu risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais, ambientais e climáticos na sociedade que possam resultar de operações com seus clientes e fornecedores.

O risco social, ambiental e climático é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes e fornecedores, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas sociais, ambientais e climáticas. Cada operação é analisada pelas Áreas de Negócios em conjunto com as áreas de Risco de Crédito, *Compliance*, Desenvolvimento Sustentável na Matriz CACIB. Os clientes classificados como sensíveis sob a ótica social, ambiental e climática são discutidos em Comitê de Avaliação de Operações na Matriz CACIB.

Gerenciamento de Capital

O Conglomerado mantém Estrutura de Gerenciamento de Capital integrada à Estrutura de Gerenciamento de Riscos, permitindo o monitoramento e o controle do seu Capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição. A avaliação considera as características das operações registradas no balanço da instituição, assim como possíveis impactos relacionados aos objetivos estratégicos, incluindo metas e projeções, assim como a definição das principais fontes de capital.

O gerenciamento de capital compreende:

- Monitoramento e controle permanente do capital da instituição de forma a manter o Patrimônio de Referência, o Nível I e o Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Elaboração de Plano de Capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, considerando ameaças e oportunidades relativas aos ambientes econômico e de negócios, e os objetivos estratégicos nos próximos três anos, revisado anualmente e aprovado pela Diretoria;
- Realização de Teste de Estresse Integrado periódico, através de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, e avaliação dos impactos sobre o Capital;
- Elaboração de Plano de Contingência de Capital, atualizado anualmente e aprovado pela Diretoria, estabelecendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos claramente definidos para fazer frente a eventuais situações adversas. Esse Plano de Contingência prevê como principais fontes de recurso adicional o aumento de capital e a captação junto à Matriz CACIB de instrumentos de dívidas elegíveis ao capital adicional nível II, além de medidas de recuperação como a suspensão de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, a restrição para novos negócios, a redução da exposição ao risco de mercado através da reversão de posições e/ou venda de ativos, a redução da exposição ao risco de crédito através da venda de ativos e/ou com o uso de instrumentos mitigadores.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

A partir de outubro de 2013 os índices de capital foram apurados conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, ambas de 1º de março de 2013. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 é de 24,23% (26,99% em 31 de dezembro de 2021) sendo sua apuração demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
PR - Patrimônio de Referência	2.446.922	2.370.846
Capital social e reservas, reavaliações e reservas de lucro	2.470.911	2.365.403
Ajustes de reavaliação patrimonial	28.571	11.432
Ajuste prudencial	(52.560)	(5.989)
Ativos ponderados pelo riscos (RWA)	10.093.741	8.881.731
Risco de crédito (RWACpad)	8.724.140	7.283.171
Privado bancário	3.887.623	4.026.818
Privado não bancário	4.836.517	3.256.353
Público não bancário	-	-
Risco de mercado (RWAMpad)	836.374	1.083.180
Exposição cambial	681.412	966.797
Exposição de juros	154.962	116.383
Risco Operacional (RWAOpad)	533.227	515.380
PR mínimo requerido para RWA	807.499	710.538
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.639.423	1.660.308
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	3.207	1.555
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.636.216	1.658.753
Adicional de Conservação de Capital	164.023	144.328
Índice de Basileia	24,24%	26,69%
Índice de Basileia amplo	24,23%	26,69%